

Desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas no Brasil: um mestrado inovador de ensino recíproco articulando saber/fazer indígena e conhecimento acadêmico

Mônica Nogueira (celeida@unb.br)

Othon H. Leonardos (othonleonardos@gmail.com)

Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

O presente trabalho analisa os resultados provenientes da experiência universitária inovadora do curso de mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas oferecido pela Universidade de Brasília no biênio 2011-2012. O curso proporcionou formação profissional para indígenas e não-indígenas no cuidar ambiental e na sustentabilidade cultural de sociedades indígenas, na perspectiva do desenvolvimento de uma sociedade pluricultural, conforme os preceitos constitucionais no Brasil de pluralidade cultural, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e autonomia indígena na gestão de seus territórios. A seleção da primeira turma do mestrado foi a mais concorrida da Universidade de Brasília, com 157 candidaturas de indígenas e não-indígenas para 26 vagas - sendo metade delas destinadas a estudantes indígenas. Para proceder com a seleção foram compostas duas bancas examinadoras, uma destinada à seleção dos candidatos indígenas e outra a dos não-indígenas. Ambas as bancas contaram também com a participação de examinadores indígenas. A primeira turma, afinal, foi composta por 14 estudantes indígenas de 13 diferentes etnias, a saber: Apurinã, Bakairi, Baniwa, Baré, Guarani, Kaingang, Kinikinau, Makuxi, Pantamona, Suruí, Umutina, Xavante e Wapixana. Do ponto de vista geográfico, Norte e Centro-Oeste são as regiões melhor representadas no curso. Além dos estudantes indígenas, a primeira turma é composta também por estudantes não-indígenas que atuam em órgãos diversos de governo, nas esferas estaduais e federais, - Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), secretarias estaduais de educação - e organizações não-governamentais indigenistas - portanto, com grande potencial de incidirem sobre a formulação, execução, monitoramento e/ou avaliação de políticas indigenistas e correlatas. A premissa básica do curso é a formação de profissionais de várias etnias indígenas, além de não-indígena atuantes em organizações da sociedade civil e do Estado brasileiro, de modo a garantir a sobrevivência dos povos indígenas, a integridade de seus territórios - patrimônio inalienável da União - e culturas. Dito de outro modo, a Alma Brasileira precisa ser expandida e não eliminada. Além dos direitos humanos fundamentais, entre os princípios norteadores do curso estão: promoção da autoria e do protagonismo indígena na construção do desenvolvimento sustentável, participação paritária de indígenas e não-indígenas; diálogo simétrico entre fazer/saber tradicional e o conhecimento acadêmico, abordagem histórico-espacial interdisciplinar e/ou transdisciplinar, aprofundando do conhecimento para além das racionalidades epistemológicas disciplinares de cada saber especializado, análise crítica das metodologias percebidas como colonizadoras e a construção de novas políticas públicas para fortalecer a sustentabilidade indígena. Buscou ainda

integrar, harmonizar, aprofundar e, sobretudo, articular com professores e estudantes, informação, conhecimento e saberes diversos relativos à sustentabilidade da cultura e do território indígena. Dentre os conceitos que se procurou articular com os saberes indígenas destacaram-se os conceitos de sustentabilidade, alteridade, justiça, identidade, pertencimento, complexidade, territorialidade, memória, oralidade, ecossistema, resiliência e equilíbrio ecológico e, em especial, o conceito de responsabilidade aplicada ao comportamento do indigenista face aos grandes conflitos e crises da atualidade que ameaçam a sustentabilidade da relação cultura/natureza característica aos povos indígenas no Brasil. Com duração de 22 meses e carga horária de 420 horas, as disciplinas do curso foram distribuídas em três módulos presenciais, com sessões concentradas em uma semana a cada mês. Todos os módulos contaram com a participação de professores indígenas e não-indígenas, de modo a realizar os princípios da educação intercultural e do diálogo de saberes. A grade curricular também integrou uma Atividade de Estágio em campo, abrangendo visitas nas Terras Indígenas Yanomami e Tukano, no município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. O seminário de encerramento das sessões letivas, intitulado Seminário Integrador 4 - Questões Indigenistas Contemporâneas, realizado em abril de 2012, foi dedicado à análise da situação dos Povos e Terras Indígenas no Brasil, com ênfase sobre casos recentes e emblemáticos de desrespeito a seus direitos fundamentais. Foram, assim, temas centrais: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, em tramitação no Congresso Nacional, os casos dos povos indígenas Pataxó Hãe-Hãe (estado da Bahia), Guarani-Kaiowá (estado de Mato Grosso do Sul) e da Terra Indígena Marãiwatséde, do povo indígena Xavante (estado do Mato Grosso). Na ocasião, estudantes e professores estabeleceram interlocução com pesquisadores, gestores públicos, ativistas, lideranças indígenas, autoridades públicas e as Frentes Parlamentares de Meio Ambiente e de Apoio aos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados do Brasil. Como resultado desse trabalho, em maio, foi realizada Audiência Pública numa ação conjunta das referidas frentes parlamentares, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e o Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas para continuidade do debate sobre os casos Guarani-Kaiowá e Marãiwatséde (Xavante). A Audiência Pública gerou repercussões bastante positivas, com encaminhamentos práticos sobretudo no caso de Marãiwatséde, em que se deu a retomada do processo de desintrusão de fazendeiros e posseiros instalados há 40 anos nessa terra indígena. Projetos de extensão universitária também foram associados ao curso, incluindo uma exposição sobre a história e as culturas indígenas (Séculos Indígenas) durante a Rio+20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, a produção de material didático e a formação de professores da rede de ensino público para uma abordagem interdisciplinar e intercultural sobre o tema, em cumprimento à Lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígenas em todas as escolas brasileiras. Ao final do curso, os trabalhos de conclusão dos estudantes recobrem um amplo espectro de temas e abordagens em desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade. Entre os indígenas, há projetos devotados à análise de: agrobiodiversidade e sistemas agroalimentares tradicionais, soberania alimentar e iniciativas de alimentação escolar indígena; protagonismo feminino em iniciativas associativas e de reflorestamento de terras indígenas; educação escolar indígena e seu papel na reversão dos quadros de evasão dos jovens das aldeias; política de saúde indígena e sua interação com a medicina tradicional indígena; economia indígena na contemporaneidade

(oportunidades e desafios) e sua interface com a organização social e política; impacto de grandes obras e ações de mitigação sobre povos e terras indígenas; memória e as formas de transmissão da cultura indígena na contemporaneidade. Entre os não-indígenas, a diversidade de interesses não é menor e há projetos relacionados às políticas de educação, cultura e saúde indígena, projetos sobre agrobiodiversidade, monitoramento das proposições legislativas para mineração em terras indígenas, gestão de resíduos de serviços de saúde, etnomusicologia, um atlas etnohistórico dos povos indígenas Planalto Central brasileiro, dentre outros. Parte desses projetos começam a ser articulados em um Grupo de Pesquisa, cadastrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado “Epistemologias Indígenas Contemporâneas”. Além de se constituir como uma comunidade de aprendizagem, o Grupo de Pesquisa visa sistematizar e analisar, a partir da experiência desse mestrado e seus atores (professores e estudantes, indígenas e não-indígenas) as oportunidades e desafios, em termos metodológicos, para a promoção do diálogo intercultural no nível da pós-graduação e na produção de conhecimento resultante desse diálogo. De forma preliminar, destacam-se algumas lições aprendidas da experiência do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas. A resposta apresentada ao edital de seleção (157 candidatos para 26 vagas) revela haver uma demanda reprimida por formação acadêmico/profissional na área do indigenismo no Brasil, com ênfase sobre os desafios da sustentabilidade - demanda que se apresenta igualmente para o segmento indígena e não-indígena. Ao longo do curso, também se constatou que a noção de sustentabilidade, no contexto de Povos e Terras Indígenas, deve não só abranger a dimensão cultural, mas tê-la em posição central, ao lado da dimensão ambiental. Há especificidades na produção textual dos estudantes indígenas que merecem ser estudadas, visto que refletem aspectos importantes do diálogo intercultural e anunciam possibilidades de inovação. Por fim, os projetos de extensão, a Audiência Pública realizada por demanda do corpo docente e discente do curso, bem como as propostas dos trabalhos de conclusão de curso de grande parte dos estudantes dão demonstrações claras de que é possível e desejável a articulação entre o debate acadêmico e a intervenção social, sem perda de criticidade e em benefício da responsabilidade social da universidade.

Área temática: Biodiversidade e Conservação

Modalidade de apresentação: Oral